



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO

## **PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 056/2016**

PARECER JURÍDICO PRÉVIO AO PROJETO DE  
LEI Nº 019/2016, QUE ESTABELECE  
CRITÉRIOS DE FISCALIZAÇÃO QUANTO A  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS  
TERCEIRIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA LOCAL.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 019/2016, de autoria da Vereadora Eliene Soares, que “estabelece critérios de fiscalização quanto a contratação de serviços terceirizados pela administração pública local”. A proposição foi encaminhada à esta Procuradoria, para fins de exarar o parecer prévio, previsto no art. 181-B do Regimento Interno desta Casa.

É o breve relatório.





PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **A) ASPECTOS FORMAIS**

Cumprе destacar o objetivo louvável apresentado no Projeto em epígrafe, eis que visa “estabelecer critérios de fiscalização quanto a contratação de serviços terceirizados pela administração pública local”.

O objeto da proposição insere-se no rol da competência legislativa municipal, porquanto trate de assunto de interesse local. E ainda, se verifica que não há invasão de competência legislativa privativa, de modo que respeita o art. 53 da Lei Orgânica Municipal:

- Art. 53. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre
- I – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;
  - II - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional,
  - III - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;
  - IV - servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
  - V - organização administrativa, matéria tributária, serviços públicos e de pessoal da administração,
  - VI - desafetação, aquisição, alienação e concessão de bens imóveis municipais;
  - VII – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Com efeito, a proposição em momento algum, determina criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, ou sequer conferida nova atribuição a órgão da administração pública, a exigir iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo. O projeto também não interfere no desempenho da direção superior da administração pública, e o fato de a regra estar dirigida ao Poder Executivo, por si só, não implica que ela deva ser de iniciativa privativa do Prefeito.





PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO

## **B) ASPECTOS MATERIAIS**

De início consigna-se que à Procuradoria, no exercício das competências que lhes foram atribuídas pela Lei Complementar nº 002/2012 e pelos artigos 181-A e 181-B do Regimento Interno, não obstante a dicção destes últimos, não compete a análise do mérito das proposições, sob os aspectos de conveniência e oportunidade, mas tão somente sob a ótica da legalidade e constitucionalidade. Assim, não serão avaliados os dispositivos no que toca à pertinência, adequação ou atendimento da medida para o município e para os munícipes, mas sim se os mesmos não conflitam com as disposições normativas superiores pertinentes.

Ressalva posta, tem-se, materialmente, uma proposição que visa estabelecer critérios de fiscalização quanto a contratação de serviços terceirizados pela administração pública local. Verifica-se desde logo que se o Projeto for aprovado, será aplicado apenas às terceirizações no âmbito do Poder Executivo, pois, sempre que tratou de Administração Pública remeteu ao Chefe do Poder Executivo, ou a Secretário responsável pelo respectivo contrato (**art. 4º**). Quando citou a aplicação de multa, afirmou que será estabelecida pelo Poder Executivo (**parágrafo primeiro, do art. 4º**). No **art. 5º**, dispôs que a empresa terceirizada/contratada, deverá enviar, relatório pormenorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ou ao Secretário responsável pelo contrato. Enfim, verifica-se que as regras são destinadas ao Poder Executivo apenas. Não se sabe se é a intenção da proponente, mas, se quiser a aplicação do Projeto também ao Poder Legislativo deve-se emendá-lo.

De um modo geral, a proposição está adequada às finalidades colimadas pela autora. Não obstante a isso, detecta-se a necessidade de reparos em determinados dispositivos do texto, para adequação do Projeto à técnica legislativa, ou mesmo para compatibilização dele com às disposições superiores.

Verifica-se que o Projeto não está de acordo com a melhor técnica legislativa, nos moldes do que ensina a Lei Complementar 95/1998. Interessante notar inicialmente que ele não apresenta nenhuma divisão. Relativa por exemplo: Subseções; Seção; Capítulos;





PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

Títulos; Livro. Ele apenas vai dispondo artigo por artigo, o que deixa o Projeto no mínimo pouco organizado e inteligível. Recomenda-se a remodelação do Projeto, de modo a organizá-lo melhor. A Procuradoria não indicará o modo de organização, pois, não se sabe como a proponente deseja fazer isso, nem suas ideias; Recomenda-se ainda que a proponente verifique a redação do Projeto de Lei, de modo deixar mais compreensível para o cidadão que eventualmente o leia.

Em relação ao art. 4º do Projeto, se verifica que alguns documentos exigidos da contratada/terceirizada não relação com o princípio da proporcionalidade/razoabilidade. Veja-se, não há motivo razoável para o Poder Público exigir os seguintes documentos dos funcionários da empresa: a) Título de Eleitor com os comprovantes nas 3 (três) últimas eleições (inciso VIII) ; b) Certificado de reservista se menor de 45 anos (inciso IX); c) cópia do comprovante de residência (inciso X); d) cópia da certidão de nascimento de filho menor de 14 anos (inciso XII); e) cópia do cartão de vacinação de filho menor de 7 anos (inciso XIII); f) cópia do comprovante de frequência escolar de filho maior de 07 e menor de 14 anos (inciso IV); g) comprovante de endereço (inciso XI). Recomenda-se, portanto, a supressão de tais incisos do art. 4º.





PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO

### III – Conclusão:

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo dado que atendidos em partes os aspectos da constitucionalidade e legalidade, entende, conclui e opina pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE parcial** do Projeto de Lei nº 019/2016.

Como se trata de vício sanável, recomenda-se, que se emende (supressiva/modificativa) a relação de documentação exigida pelo art. 4º do Projeto, pois, da maneira em que se encontra, viola o princípio da razoabilidade/proporcionalidade.

Recomenda-se ainda que se revejam as redações dos dispositivos do Projeto, tendo em vista que ele se encontra de difícil entendimento. Pois, há nele redações que não atendem à técnica legislativa.

À Comissão de Justiça e Redação para as providências que entender pertinentes.

É o parecer, s.m.j.

Parauapebas, 18 de maio de 2016.

  
Cícero Carlos Costa Barros

Procurador

Mat. 0562323

  
PODER LEGISLATIVO  
Câmara Muni. dos Ver. de Parauapebas  
Alane Paula Araújo  
Procurador Geral Legislativo  
Portaria nº 005/2015